



1 Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO**
4 **CHAVES, DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; e o Conselheiro Substituto
5 **ALEXANDRE CUNHA**, nos termos da Portaria nº 0492/2016; ausências justificadas dos
6 Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA e SÉRGIO LEÃO**; presença da
7 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Convocado o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS** para
11 composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento
12 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
13 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
14 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocado o
15 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do
16 inciso II, do Artigo 72, do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata da
17 Sessão nº 019/2016. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em
18 que foram anunciados os processos: **Processo nº 550012013-00; Prefeitura Municipal de**
19 **Paragominas; Prestação de Contas – 2013 - Contas de Gestão**; Responsável: Paulo
20 Pombo Tocantins; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
21 Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de VISTA ao Conselheiro Aloísio Chaves na
22 Sessão Plenária do dia 06.10.2015; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Cumprindo
23 dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando a
24 Conselheira Relatora, na íntegra. **Em votação:** os Conselheiros, Daniel Lavareda, Antonio José
25 Guimarães e Cezar Colares, acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a
26 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
27 aplicação de multa, nos termos do voto proferido pela Conselheira Relatora na Sessão Plenária do
28 dia 06.10.2015 (Acórdão nº 28.984). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
29 **490012009-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas – 2009 - Contas**
30 **de Governo**; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério
31 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;
32 **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
33 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
34 pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
35 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
36 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer
37 prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
38 Público Estadual (Resolução nº 12.440). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**



39 **490012009-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas - 2009 - Contas**
40 **de Gestão;** Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério
41 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;
42 **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
43 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,
44 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
45 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
46 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação
47 de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
48 28.985). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 630012009-00; Prefeitura**
49 **Municipal de Rio Maria; Prestação de Contas - 2009 - Prestação de Contas de**
50 **Governo;** Responsável: Walter José da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:
51 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído
52 Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo
53 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
54 se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi
55 colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão,**
56 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
57 **unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com
58 ressalvas (Resolução nº 12.441). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião
59 da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. **Processo nº 630012009-00; Prefeitura**
60 **Municipal de Rio Maria; Prestação de Contas – 2009 – Contas de Gestão;** Responsável:
61 Walter José da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
62 da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído Conselheiro Aloísio
63 Chaves); **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
64 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade, com
65 ressalva, das contas, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
66 Substituto apresentou sua proposta de **Decisão,** ratificada pelo Conselheiro Relator. A
67 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
68 contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.986). Presidência do Conselheiro
69 Cezar Colares. **Processo nº 1120022013; Câmara Municipal de Cumaru do Norte;**
70 **Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Muthiana Sobreira; Instrução: 7ª Controladoria;
71 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José
72 Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo
73 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
74 irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia
75 dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
76 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário decidiu pela



irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.987). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 550022010-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Antônio Batista Oliveira Lopes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.988). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1440052012-00; Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Tracuateua; Prestação de Contas – 2012**; Responsável: Cilene do Socorro Andrade de Lima; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Retirado de pauta. **Processo nº 492212009-00; FUNDEB de Muaná; Prestação de Contas – 2009**; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.989). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1154252011-00; Fundo Municipal de Educação – FUNDEB de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2011**; Responsáveis: Doralice Arruda De Brito (01/01 a 31/01) e Luciane Cipriano Moreira (01/02 a 31/12/11); Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se *"pela regularidade, com ressalvas, das contas da 1ª Ordenadora de Despesas (Doralice Arruda de Brito), com aplicação de multa, na forma do RI, pelas falhas que restaram e, pela irregularidade das contas, da 2ª Ordenadora (Luciane Cipriano Moreira), cabendo recolhimento corrigido referente a conta Agente Ordenador; aplicação de multas, na forma do RI pelas demais irregularidades, e ainda, a remessa ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis"*. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas de responsabilidade da Srª. Doralice Arruda de Brito,



115 com aplicação de multa; pela irregularidade das contas de responsabilidade da Srª. Luciane
116 Cipriano Moreira, com recolhimento, aplicação de multa, encaminhamento de cópia dos autos ao
117 Ministério Público Estadual, medida acautelatória de indisponibilidade de bens, e inabilitação de
118 exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, com as
119 recomendações constantes no voto (Acórdão nº 28.990). Presidência do Conselheiro Cezar
120 Colares. **Processo nº 584072009-00; FUNDEB de Portel; Prestação de Contas – 2009;**
121 Responsável: Rosângela Maria De Souza Fialho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:
122 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha;
123 **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
124 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
125 contas, com aplicação de multa, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público
126 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
127 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
128 contas, com aplicação de multa, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público
129 Estadual (Acórdão nº 28.991). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
130 **583912009-00; Secretaria Municipal de Educação de Portel; Prestação de Contas –**
131 **2009;** Responsável: Rosângela Maria de Souza Fialho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério
132 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha;
133 **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
134 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,
135 com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
136 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
137 proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
138 recolhimento, e aplicação de multas, e cópia ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.992).
139 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
140 Daniel Lavareda. **Processo nº 201321603-00; Prefeitura Municipal de São João Da**
141 **Ponta; Recurso de Revisão** contra a decisão objeto da Resolução nº 8.964/2008 e Resolução
142 nº 9.288/2008; Responsável: Orleandro Alves Feitosa ; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
143 Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães;
144 Advogada/Contadora: Glaucia Ferreira. Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.
145 Retirado de pauta. **Processo nº 201215082-00; Secretaria Municipal de Educação e**
146 **Cultura – SEMEC do Município de Belém/ Centro Comunitário; Prestação de Contas do**
147 **Convênio nº 053/2012, celebrado com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC**
148 **do Município de Belém e a Associação de Moradores Morada de Deus I e II - 2012;** Responsável:
149 Andréia Vilela da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
150 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Publicado no DOE
151 **nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
152 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada



153 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**
154 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.993).
155 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201215030-00; Secretaria Municipal**
156 **de Educação e Cultura – SEMEC do Município de Belém/ Centro Comunitário;**
157 **Prestação de Contas do Convênio** nº 051/2012, celebrado com a Secretaria Municipal de
158 Educação e Cultura – SEMEC do Município de Belém e a Associação de Moradores Gabriel
159 Pimenta - 2012; Responsável: Sidney Marcos Brito Almeida; Instrução: 7ª Controladoria;
160 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto
161 Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo
162 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
163 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
164 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
165 irregularidade das contas (Acórdão nº 28.994). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
166 **Processo nº 201214680-00; Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC do**
167 **Município de Belém/ Centro Comunitário; Prestação de Contas do Convênio nº**
168 **049/2012,** celebrado com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC do Município de
169 Belém e a Associação Comunitária Nova Esperança - 2012; Responsável: Maria Joselina Chaves
170 Fonseca; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da
171 Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 32.809, de**
172 **33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
173 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
174 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**
175 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.995).
176 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201213544-00; Secretaria Municipal**
177 **de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL de Belém; Prestação de Contas do Convênio nº**
178 **002/2012,** celebrado com a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL de Belém
179 e a Irmandade Recreativa São Sebastião - 2012; Responsável: Reginaldo Barros Lopes;
180 Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
181 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.**
182 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
183 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
184 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
185 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.996). Presidência do
186 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201204745-00; Secretaria Municipal De Educação**
187 **E Cultura – Semec do Município de Belém/ Centro Comunitário ; Prestação de Contas**
188 **do Convênio nº 013/2012,** celebrado com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura –
189 SEMEC do Município de Belém e o Centro Comunitário a União Faz a Força - 2012; Responsável:
190 João Vieira Cavalcante; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral



191 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Publicado no DOE
192 nº 33.118, de 02.05.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
193 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
194 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
195 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas (Acórdão nº 28.997).
196 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201205422-00; Instituto de**
197 **Aposentadoria de Pensões do Município de Cachoeira do Arari; Aposentadoria;**
198 **Interessada: Antônia da Silva do Espírito Santo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina**
199 **Cunha; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio**
200 **Dantas (Redistribuído Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 33.118, de**
201 **02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
202 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
203 Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão,** ratificada pelo Conselheiro Relator.
204 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato
205 (Acórdão nº 28.998). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da
206 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201608046-00; Prefeitura Municipal**
207 **de São Domingos do Araguaia; TAG - 2016; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth**
208 **Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Publicado no DOE nº**
209 **33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a
210 homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do
211 RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
212 Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado
213 (Resolução nº 12.442). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201605095-00;**
214 **Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia; TAG – 2016; Ministério Público:**
215 **Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;**
216 **Publicado no DOE nº 33.118, de 02.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
217 Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,
218 conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A
219 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar o Termo de
220 Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.443). Presidência do Conselheiro Cezar
221 Colares. **Processo nº 201604149-00; Prefeitura Municipal de Marabá; Representação**
222 **com Pedido de Cautelar; Representante: Ministério Público – Promotoria de Defesa da**
223 **Probidade Administrativa; Representado: João Salame Neto - Prefeito Municipal de Marabá;**
224 **Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
225 Antônio José Guimarães apresentou ao Plenário sua decisão de admissibilidade da
226 Representação, nos termos do § 2º, do Art. 292 do RI/TCM/Pa, e submeteu ao Pleno sua decisão
227 monocrática em Medida Cautelar, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM/Pa. A matéria foi
228 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**



229 conheceu da decisão do Conselheiro Relator pela admissibilidade da Representação, e homologou
230 a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 28.999). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
231 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e assim manifestou-
232 se: *"eu tenho uma informação para trazer ao Plenário. Fui instado, na semana passada, sobre uma*
233 *denúncia apresentada por uma empresa sobre um processo licitatório de Belém do lixo que é da*
234 *relatoria do Conselheiro Sérgio Leão, que está de férias retornando na segunda feira. Analisei,*
235 *Senhores Conselheiros, o processo que, por determinação regimental deve ser analisado pela*
236 *Presidência, e determinei a citação da Prefeitura para que apresentasse em 72 (setenta e duas) horas*
237 *as suas justificativas possíveis para a manifestação sobre a cautelar. Mas além disso, tomei*
238 *conhecimento, fui informado hoje que a própria Prefeitura publicou o Edital marcando nova data para*
239 *a abertura do processo licitatório com alterações que, segundo ela, foram realizadas, e que deverão*
240 *estar sendo encaminhadas ao Tribunal para análise, e a abertura é dia 06 de junho, salvo melhor*
241 *juízo. Portanto, não há nenhum risco de prejuízo eminente, e creio que amanhã devem apresentar as*
242 *informações que foram solicitadas e o processo vai poder tramitar normalmente com manifestação ou*
243 *não de cautelar se ainda for necessário. Se não estiver, até quem sabe, suprido com esta alteração*
244 *que está publicada no Diário Oficial de hoje, Conselheiro Aloísio"* Manifestação do Conselheiro Aloísio
245 Chaves: *"dois aspectos: primeiro, o ato da Prefeitura só vem demonstrar a necessidade e a urgência*
246 *da decisão; segundo, tendo ela comunicado a V. Exa. que vai fazer nova publicação com alterações*
247 *no edital, seria prudente que ela ouvisse o Tribunal nessa nova versão do edital para não renovar o*
248 *problema do mesmo jeito".* Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"veja, houve a citação para*
249 *que eles apresentem em 72 (setenta e duas) horas as manifestações".* Manifestação do Conselheiro
250 Aloísio Chaves: *"estou falando extra processo".* Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"isso. O*
251 *edital, eu tomei conhecimento pela publicação e naturalmente que essas informações devem vir"*
252 Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"não, eu estou dizendo é outra coisa, Presidente, o*
253 *Tribunal tomou conhecimento pelo que V. Exa diz extra oficialmente, né ? V. Exa. foi informado"*
254 Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"não, eu tomei conhecimento pela publicação no Diário*
255 *Oficial e, naturalmente no mural".* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"no Diário Oficial da"*
256 Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"do novo, do aviso de adiamento do edital e no mesmo*
257 *diz que foram feitas as modificações...".* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"pois bem, essas*
258 *modificações estão de acordo com as orientações que foram dadas informalmente ?* Manifestação do
259 Conselheiro Cezar Colares: *"eu acredito que sim. Vamos poder saber disso quando eles apresentarem,*
260 *cujo o prazo vai até amanhã a defesa ou o Relator poderá solicitar que eles encaminhem. Eu vou*
261 *verificar no mural, Conselheiro Aloísio, se essas informações já estão ou não, que devem estar, se não*
262 *estiverem deve haver uma citação...".* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"seria excelente,*
263 *mesmo que não estejam, Conselheiro, eu acho que V. Exa. poderia em caráter, pela própria*
264 *Presidência, pelo diálogo natural que uma Prefeitura do porte da de Belém, dizer à ela: "- olha, seria*
265 *importante vocês trazerem para o Conselheiro Sérgio analisar aí e dizer, olha o edital"* Manifestação
266 do Conselheiro Cezar Colares: *"até para saber se a denúncia perdeu o objeto ou não. Se for atendido,*
267 *perdeu o objeto, se não for atendido, o Tribunal poderá se manifestar até sob a batuta do Relator*



268 *originário".* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "V. Exa." (inaudível) Manifestação do
269 Conselheiro Cezar Colares: "*concedo a palavra ao Ministério Público se entender necessário, aos*
270 *Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Plenária".*
271 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
272 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da
273 qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado
274 do Pará, em cinco de maio de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**

Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**

Presidente da Sessão